

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA OPERAÇÃO

LO nº 105/2013

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal nº 003 de 1993, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11, bem como de acordo com a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, e Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, combinada com a Resolução CMMA nº 001/10, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza o:

Processo Administrativo: nº 220/2011 Protocolo nº 1.253/2013 de 12/08/2013

Licenciado: **ADELINO JOÃO BÖSING**
CPF 526.397.119-20

Endereço: Linha Mirim
Área rural do município de Nova Boa Vista - RS

VISTO: ART n.º 6959022 do CREA-RS de Assessoria, Assistência Técnica e Laudo Técnico, de responsabilidade do Téc. em Agropecuária, ROGER AUGUSTO SCHUSSLER CREA-RS 133.715. Vistoria pública e Parecer Técnico da empresa JR AMBIENTAL CREA-RS 155.125, ART nº 6897939 (Contrato Administrativo), datado de 22/08/2013, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições:

OBJETO: Promover no imóvel rural localizado na Linha Mirim interior do município de Nova Boa Vista, matriculado no CRI de Sarandi, sob nº 14.855, com 12,0 ha e Coordenadas Geográficas, Lat. 27º59'04,1"S e Long. 52º57'73,9"W:

1. **OPERAÇÃO** relativa atividade de **SUINOCULTURA** sistema **TERMINAÇÃO - Com Sistema de Manejo de Dejetos**, com alojamento de **500 animais** em 01 (um) galpão de **765,00 m²** e sistema de tratamento de dejetos em 02 (duas) lagoas de estabilização com **300,00 m³** cada, totalizando **600,00 m³**, revestidas em PEAD – Poli Etileno de Alta Densidade.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Quanto às condições da propriedade:

1.1. Imóvel em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal n.º 11.428 de

22/12/2006, bem como no Decreto Federal n.º 6.660 de 21/11/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

1.2. Deverá adotar medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;

1.3. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou Receituário Veterinário;

1.4. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual n.º 9921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto conforme artigo 6 parágrafo 5 Lei 7802/89 alterada pela lei 9974/2000;

1.5. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria n.º 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;

1.6. Armazenar **sempre** a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de **agrotóxicos** e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

1.7. As embalagens de **medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem** ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando semestralmente (até dia 15 dos meses de julho e janeiro), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;

1.8. Deverá ser cientificada a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na área e atividade objeto da presente LO;

1.9. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses, o plano de desativação com levantamento técnico do (s) passivo (s) e definições da destinação final do(s) mesmos (s) para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

2. Quanto à localização e características das construções:

2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, 150 metros de manancial hídrico e 50 metros do açude de dessedentação animal;

2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 400 metros das habitações e terrenos vizinhos;

2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 50 metros de estrada;

2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;

2.5. Os pisos devem ser mantidos em alvenaria e impermeabilizados, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;

2.6. As paredes internas e externas devem ser mantidas em material rígido não poroso, e com pintura;

2.7. A coleta e a condução lateral dos dejetos ao sistema de tratamento (esterqueira) devem ser mantidas em mantidos em tubulação fechada, a fim de minimizar a proliferação de moscas, outros vetores e substancias odoríferas;

2.8. Todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos;

2.9. O sistema de compostagem, para destino de animais mortos, e outros resíduos de mesma origem, deverá ser mantido sob piso polido e bacia de contenção. A bacia de contenção deverá estar interligada com o sistema de tratamento de dejetos.

3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:

3.1. O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser mantido com uma capacidade mínima de **600,00 m³** (300,00 m³ cada uma), e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);

3.2. A área de tratamento de dejetos deverá ser mantida isola com cerca de tela com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura;

3.3. O sistema de tratamento de dejetos deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:

4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundação periódica;

4.2. O lençol freático deve estar à pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.

4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distancia mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 2.000 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 700 metros de habitações vizinhas;

4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;

4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Com vistas à renovação da presente LO, devera ser requerido e apresentado, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

1. Requerimento solicitando a renovação desta LO;

2. Cópia desta licença;

3. Laudo Técnico e Relatório fotográfico comentados com a pertinente ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, informando as condições de operação de todo o sistema, (instalações, esterqueira, coleta e transporte dos dejetos, áreas de disposição final dos dejetos);
4. Plano de Gerenciamento de disposição em solo agrícola, por um período de 03 (três) anos, dos dejetos gerados pela atividade em tela, com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, específica e relativa às atividades de Assessoria e Assistência Técnica;
5. Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pela Municipalidade;
6. Comprovante de pagamento das taxas de custos ambientais, previstas na Lei Municipal n.º conforme Leis Municipais nº 1.241/11 de 27/09/11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O responsável técnico pelas informações e disposição em solo agrícola dos dejetos gerados pela atividade, é o Téc. em Agropecuária, ROGER AUGUSTO SCHUSSLER CREA-RS 133.715, através da ART n.º 6959022 do CREA-RS.
2. Esta **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **25/08/2015**. Esta perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não corresponderem à realidade, e ou algum prazo estabelecido não for cumprido. Em **ocorrendo REVOGAÇÃO** fiscalização ambiental municipal, lavrará automaticamente **Auto de Infração Ambiental**, de acordo com a legislação ambiental Municipal em Vigor, que recepciona a Lei nº 9.605/98, combinada com o Decreto nº 6.514/08;
3. A presente licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
4. O Sr. **Adelino João Bösing fica e é** responsável em observar as condições expressas nesta licença, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma;

Observações:

1. Trata-se de uma atividade classificada como de porte “**PEQUENO**”, e de potencial poluidor “**ALTO**”;
2. A presente **LO remova a LO nº 126/2012** expedida pelo município

Nova Boa Vista/RS, 23 de agosto de 2013.

Raquel Hack
Chefe de Departamento Ambiental

Ederson Simon
Fiscal Ambiental